

19º

**ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO**

1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

7 DE MAIO DE 2025

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

19^o ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

1^a REUNIÃO PREPARATÓRIA

7 DE MAIO DE 2025

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente:

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Mauro Campbell Marques

Conselheiros

Guilherme Caputo Bastos

José Rotondano

Mônica Nobre

Alexandre Teixeira

Renata Gil

Daniela Madeira

Guilherme Guimarães Feliciano

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Schoucair

Daiane Nogueira de Lira

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretária-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral

Johaness Eck

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (DGE)

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento

Fábio Cesar dos Santos Oliveira

Diretora

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Assistente II

Priscila Alberti Leite

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário

Gabriela Teixeira da Cunha Lobo

Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário

Marcos Vinícius Silva Campos

EXPEDIENTE

Secretária de Comunicação Social

Giselly Siqueira

Coordenadora de Imprensa

Cecília Malheiros

Coordenador de Mídias

Jônathas Seixas

Capa e Diagramação

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Revisão de texto

Caroline Itchenko Zanetti

Matheus Bacelar

SUMÁRIO

Introdução	7
Solenidade de abertura	8
Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026	11
Dados como Ferramentas de Gestão Processual	13
Apresentação do Plano Nacional Pena Justa	15
Priorização no Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa – Meta Nacional 4 de 2025	17
Encerramento	19
Anexo I – Links de transmissão e das apresentações do evento	20
Anexo II – Programação da 1ª Reunião Preparatória para o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário	21

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 7 de maio de 2025, a **1ª Reunião Preparatória para o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário**. O evento ocorreu presencialmente na sede do Conselho Nacional de Justiça, em Brasília/DF.

O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 1ª Reunião Preparatória teve como objetivo acompanhar o desenvolvimento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026 e refletir sobre as políticas e os programas em execução no Poder Judiciário.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor, de forma resumida, o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos.

SOLENIDADE DE ABERTURA

A solenidade de abertura foi realizada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luís Roberto Barroso.

O ministro Luís Roberto Barroso iniciou o evento e destacou o compromisso do Poder Judiciário com a responsabilidade institucional, principalmente nas decisões tomadas. Ressaltou que é imprescindível atuar com moderação, ponderando o impacto social de cada medida adotada. A prestação jurisdicional, segundo o ministro, deve sempre se pautar na qualidade e na celeridade. Além disso, ele também endossou a importância de atuar com integridade e sensibilidade considerando o efeito das decisões judiciais sobre os cidadãos.

Em seguida, o ministro apresentou um balanço das Metas Nacionais do Poder Judiciário e destacou a relevância delas como instrumento de orientação e avaliação de desempenho dos tribunais, parabenizando o cumprimento expressivo de diversas metas em 2024, especialmente daquelas voltadas às ações ambientais, aos povos indígenas, aos quilombolas e ao combate ao feminicídio. Ao enfatizar a importância das Metas Nacionais, reforçou também seu papel estratégico no aprimoramento da prestação jurisdicional, na promoção de justiça social e na resposta eficiente às demandas da sociedade.

O ministro registrou a importância do uso da tecnologia pelo Judiciário brasileiro, em especial para o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial, como a pesquisa de precedentes. Reforçou a importância da implementação do Domicílio Judicial Eletrônico e do Diário de Justiça Eletrônico Nacional como parte do Portal Único de Serviços do Poder Judiciário, visando à padronização, à eficiência e à segurança jurídica.

Foram destacadas pelo presidente do CNJ as políticas de equidade, citando a resolução que estabelece paridade de gênero nas promoções judiciais. Reconheceu eventuais frustrações, mas defendeu a resolução como um avanço necessário. Foi citado ainda o programa de bolsas para candidatos negros, visando aumentar a representatividade na magistratura.

Por fim, anunciou a criação da Rede de Sustentabilidade do Poder Judiciário, com diretrizes regionais e incentivo à adoção de energia limpa, como no caso do Supremo Tribunal Federal. Encerrou sua fala reiterando a importância de uma atuação institucional orientada por valores como gentileza, educação e respeito, e agradeceu a colaboração e o comprometimento de todos com a realização da Justiça.

Na sequência, o ministro Edson Fachin iniciou sua fala com uma reflexão sobre os 20 anos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): a evolução desde a criação pela Emenda Constitucional 45/2004 e o papel do CNJ na promoção da prestação jurisdicional eficiente, transparente e alinhada aos desafios contemporâneos, como o combate à desigualdade e a garantia de direitos fundamentais. Além disso, enfatizou a importância do diálogo com

os tribunais para fortalecer a confiança no Judiciário, reforçando que a atuação do CNJ deve ser pautada pela cooperação.

O ministro mencionou ainda temas centrais para o fortalecimento do Judiciário e ressaltou a importância do tripé segurança jurídica, acesso à Justiça e cidadania, com foco em ações digitais e itinerantes para alcançar populações vulneráveis. Sustentou o avanço da Justiça Procedimental e da atuação preventiva contra violências institucionais e enfatizou o papel dos direitos humanos e a importância do combate ao feminicídio e da articulação do Poder Judiciário com organismos internacionais.

Evidenciou o papel do CNJ no suporte aos tribunais para o cumprimento das Metas Nacionais e a necessidade de melhorar a comunicação com a sociedade e ampliar a transparência institucional. O ministro defendeu políticas de equidade e representatividade, o uso ético e humanizado da inteligência artificial, o fortalecimento das ações voltadas à sustentabilidade e o combate à desinformação como fundamentos da legitimidade do Judiciário.

Abordou ainda temas relacionados aos Juizados Especiais, às assimetrias no Judiciário, ao fortalecimento da interlocução com os demais poderes e à ampliação da segurança pública.

Para encerrar, o ministro destacou que o sucesso do Judiciário depende da união de esforços, citou o lema “Juntos somos mais” como inspiração para o próximo quinquênio. Concluiu reforçando a importância de uma magistratura valorizada, com condições dignas de trabalho e comprometida com os valores democráticos, garantindo que a Justiça seja acessível a todos. Anunciou a realização do 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário em dezembro, em Florianópolis/SC, enfatizando que se trata de uma oportunidade para alinhar ações e consolidar o papel do CNJ como indutor de transformações positivas no sistema de justiça brasileiro.

Após o pronunciamento, o ministro Fachin abriu a palavra para os convidados do evento, que abordaram temas como a necessidade de equilíbrio entre metas quantitativas e qualitativas, a ampliação da Meta 8 para abranger o combate ao assédio laboral, o uso consciente da inteligência artificial, além de apelos por maior integração entre os tribunais no desenvolvimento de soluções tecnológicas e dificuldades operacionais referente à defasagem na disponibilização de dados pelo CNJ.



MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2021–2026

Posteriormente, compuseram a mesa para apresentação do Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026 o conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, o secretário de estratégia e projetos do CNJ, Gabriel da Silveira Matos, o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Gestão Estratégica, Fábio Cesar dos Santos Oliveira, e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Gomes.

Com a palavra, o conselheiro Alexandre Teixeira observou os desafios enfrentados pelo Judiciário, que exigem articulação interinstitucional e cooperação baseada em critérios objetivos, e enfatizou a importância da participação ampla por meio da Rede de Governança Colaborativa. Reforçou o papel do CNJ como articulador da Estratégia Nacional, operando com base em dados, indicadores e foco na qualidade do serviço prestado ao cidadão. Por fim, agradeceu a todos por promoverem a construção de um Judiciário cada vez mais colaborativo e eficiente.

Em seguida, o secretário de estratégia e projetos, Gabriel da Silveira Matos, abordou a importância da padronização de dados e processos, alertando que medir quantidade apenas não garante qualidade. Defendeu a necessidade de indicadores mais sensíveis, que considerem realidades regionais distintas. Enfatizou que metas devem ser instrumentos de aprimoramento constante e reforçou que o foco deve ser a efetividade da Justiça, sem desviar os tribunais de sua missão principal.

O juiz auxiliar da Presidência, Fábio Cesar dos Santos Oliveira, iniciou a apresentação do monitoramento da Estratégia Nacional, referente aos dados de 2024, destacando os dados sobre o cumprimento de Metas Nacionais: bom resultado na Meta 1 (julgar mais processos que os distribuídos) e um esforço contínuo na Meta 2 para o julgamento dos processos mais antigos. A meta 3, focada em soluções consensuais, teve um resultado muito positivo, com milhões de casos solucionados, reforçando o papel da cidadania e a abreviação do tempo de tramitação processual. Além disso, a Meta 4 (priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais) também apresentou cumprimento satisfatório, e houve resultados positivos nas metas relacionadas à violência doméstica e familiar (Meta 8) e questões ambientais, comunidades indígenas e quilombolas (Meta 10), que inclusive tiveram suas exigências majoradas para o ano seguinte.

Continuando a apresentação, a diretora Fabiana Gomes frisou a importância do questionário de monitoramento como ferramenta para avaliar o cumprimento das metas nacionais e o alcance dos Macrodesafios e agradeceu a participação integral dos tribunais. Reconheceu ainda a necessidade de melhorar a comunicação e a clareza dos glossários, simplificando a linguagem técnica para facilitar o entendimento dos dados. Além disso, mencionou os avanços no processo de atualização dos painéis, que agora contam com dados mais ágeis, embora ainda enfrentem desafios operacionais.

Por fim, enfatizou a relevância do acompanhamento dos Macrodesafios, relativos aos anos 2023–2024, realçando que a realização de iniciativas estratégicas (programas, projetos, ações) pelos órgãos, a fim de alcançar os Macrodesafios, demonstra que os tribunais têm observado a Estratégia Nacional do Poder Judiciário.



Apresentação do Painel de Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026

DADOS COMO FERRAMENTAS DE GESTÃO PROCESSUAL

Posteriormente, compuseram a mesa para apresentação do painel Dados como Ferramentas de Gestão Processual, o conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, a juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Ana Lúcia Aguiar, e a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares.

A juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Ana Lúcia Aguiar, e a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares, abordaram a evolução dos dados no CNJ, destacando a transformação do Judiciário brasileiro para um dos mais transparentes globalmente. Ressaltaram também a importância fundamental das Tabelas Processuais Unificadas (TPU) para padronizar e identificar os processos, além da numeração única, que permite a contagem nacional e a unificação de dados de todos os tribunais, desonerando-os de envios pontuais e permitindo análises mais profundas.

Em seguida, detalharam diversas ferramentas e painéis desenvolvidos para a gestão processual, como o painel Justiceiros, que centraliza visualizações de dados, painéis específicos para metas, dados de pessoal e violência contra a mulher. As palestrantes também mencionaram o Mapa Nacional do Júri e painéis do INSS, que oferecem visões detalhadas sobre gargalos processuais e tendências. Finalmente, enfatizaram a importância de capacitações técnicas para aprimorar o uso desses dados e enfrentar o desafio contínuo de saneamento e melhoria da qualidade das informações judiciárias.



Dados como Ferramentas de Gestão Processual

APRESENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL PENA JUSTA

Para o painel Apresentação do Plano Nacional Pena Justa, compuseram a mesa o conselheiro José Rotondano e o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), Luís Lanfredi.

O conselheiro José Rotondano enfatizou a importância do programa Pena Justa como prioridade do CNJ, enfatizando a necessidade de superar o estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro, marcado por superlotação, violação de direitos e falhas na ressocialização. Ressaltou o papel de protagonista do Judiciário na promoção do diálogo interinstitucional para a construção de soluções eficazes, mencionando a elaboração do plano nacional e a urgência na implementação dos planos estaduais. Além disso, reforçou a relevância da colaboração entre o Poder Executivo e o Judiciário, por meio de comitês de políticas penais, para garantir a efetividade das ações.

Em seguida, o juiz auxiliar Luís Lanfredi ressaltou a importância de uma reflexão aprofundada sobre o sistema prisional, frequentemente negligenciado. Mencionou que o Judiciário, antes ausente em questões penitenciárias, assumiu um papel central na promoção de governança, monitoramento e efetividade, combatendo o encarceramento desnecessário e buscando soluções baseadas em evidências. Além disso, enfatizou que o programa Pena Justa, resultado de um consenso nacional, representa uma política de Estado inovadora para as prisões, visando reverter o cenário de ineficiência e violação de direitos e, assim, buscando a valorização da Justiça e da dignidade humana.



Apresentação do Plano Nacional Pena Justa

PRIORIZAÇÃO NO JULGAMENTO DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – META NACIONAL 4 DE 2025

Para o painel “Priorização no Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa – Meta Nacional 4 de 2025”, compuseram a mesa o conselheiro Pablo Coutinho, o conselheiro João Paulo Schoucair, o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Gestão Estratégica, Fábio Cesar dos Santos Oliveira, e o juiz auxiliar da Presidência Frederico Montedonio Rego.

Inicialmente, o juiz auxiliar Fábio Cesar dos Santos Oliveira destacou a urgência no julgamento das ações de improbidade administrativa diante do prazo prescricional de quatro anos estabelecido pela Lei n. 14.230/2021, que se encerrará em 26 de outubro de 2025. Em seguida, apresentou dados atualizados sobre o cumprimento da Meta Nacional 4, revelando que, enquanto o STJ já atingiu 97,5% de adimplemento, a Justiça Estadual e a Federal ainda possuem pendências significativas. O magistrado ainda reforçou a necessidade de empenho coletivo de tribunais, juízes e servidores para evitar a prescrição, ponderando que a sociedade demanda efetividade no combate à corrupção. Por fim, citou iniciativas como os núcleos especializados como boas práticas a serem seguidas para o alcance integral da meta dentro do prazo legal.

Logo após, o juiz auxiliar Frederico Montedonio Rego reforçou a importância estratégica da Meta Nacional 4, que prioriza o julgamento de processos de improbidade administrativa, crimes contra a administração pública e ilícitos eleitorais, ressaltando seu caráter permanente desde 2012. Explicou que a inovação em 2025 consiste em uma faixa de cumprimento antecipada para 26 de outubro, alinhada ao prazo prescricional de quatro anos estabelecido pelo STF após a reforma da Lei de Improbidade em 2021, evitando a perda de processos por decurso de tempo. Apesar de reconhecer a complexidade desses processos, demonstrou otimismo quanto ao cumprimento da meta e reforçou o alinhamento entre a gestão do CNJ e a mobilização dos tribunais para garantir transparência e eficiência na prestação jurisdicional.



Priorização no Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa – Meta Nacional 4 de 2025

ENCERRAMENTO

Para compor o painel de encerramento, foram convidados o conselheiro Alexandre Teixeira e a secretária-geral do CNJ, Adriana Alves dos Santos Cruz.

Com a palavra, a secretária-geral do CNJ, Adriana Alves dos Santos Cruz, reforçou o compromisso com a proximidade e o diálogo direto com os tribunais, destacando a disponibilidade da equipe do CNJ para receber demandas e sugestões por meio de contatos diretos. Esclareceu que o CNJ está aberto para propostas que melhorem a sincronia entre os dados enviados pelos tribunais e a compilação feita pelo CNJ e agradeceu a colaboração de todos, enaltecendo o espírito de cooperação institucional que marcou o evento.

O conselheiro Alexandre Teixeira terminou expressando satisfação com os resultados do evento, ressaltando a agenda extensa e produtiva que permitiu alinhar as expectativas do CNJ com os tribunais. Apontou que a construção de indicadores e metas deve ser um processo coletivo, no qual o CNJ atua como orientador, mas sempre em diálogo com as realidades locais dos tribunais. Por fim, avaliou o encontro como mais uma etapa bem-sucedida na preparação para o 19º ENPJ, reafirmando o compromisso com a construção conjunta de um Judiciário mais eficiente e transparente.



Encerramento

ANEXO I –

LINKS DE TRANSMISSÃO E DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO

Os vídeos de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento podem ser acessados pelos links:

[1ª Reunião Preparatória para o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário \(manhã\)](#)

[1ª Reunião Preparatória para o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário \(tarde\)](#)

Apresentações:

[Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário](#)

[Resultados da Meta Nacional 4](#)

[Dados como Ferramentas de Gestão Processual](#)

[Pena Justa – Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras](#)

ANEXO II – PROGRAMAÇÃO DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O 19º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



19º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO
1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA
7 DE MAIO DE 2025

PROGRAMAÇÃO

DATA: 7 DE MAIO DE 2025

LOCAL: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - BRASÍLIA - DF

PÚBLICO-ALVO: REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO E DA REDE DE GOVERNANÇA COLABORATIVA DO PODER JUDICIÁRIO

7 DE MAIO DE 2025

8H	CRENCIAMENTO
9H	SOLENIIDADE DE ABERTURA Ministro Luís Roberto Barroso , Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça Ministro Luiz Edson Fachin , Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal
12H	INTERVALO PARA ALMOÇO
14H	MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026 Conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha – coordenação Gabriel da Silveira Matos , Secretário de Estratégia e Projetos do CNJ Fábio Cesar dos Santos Oliveira , Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Gestão Estratégica Fabiana Gomes , Diretora do Departamento de Gestão Estratégica
14H40	DADOS COMO FERRAMENTAS DE GESTÃO PROCESSUAL Conselheiro Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha – coordenação Ana Lúcia Aguiar , Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias Gabriela Soares , Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

19º ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO
1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA
7 DE MAIO DE 2025

15H20	COFFEE-BREAK
15H50	APRESENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL PENA JUSTA Conselheiro José Rotondano – coordenação Luís Lanfredi , Juiz Auxiliar da Presidência e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF)
16H30	PRIORIZAÇÃO NO JULGAMENTO DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – META NACIONAL 4 DE 2025 Conselheiro Pablo Coutinho – coordenação Conselheiro João Paulo Schoucair Fábio Cesar dos Santos Oliveira , Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Gestão Estratégica Frederico Montedonio Rego , Juiz Auxiliar da Presidência
17H10	PALAVRAS FINAIS DE ENCERRAMENTO DA COMISSÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ESTATÍSTICA E ORÇAMENTO Adriana Alves dos Santos Cruz – Secretária-Geral do CNJ Conselheiro Alexandre Teixeira Conselheira Daiane Nogueira de Lira Conselheiro Guilherme Guimarães Feliciano
18H	ENCERRAMENTO

